

CRONOPOLÍTICA E PENSAMENTO BRASILEIRO: VISÕES DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX^I

Chronopolitics and Brazilian social thought: visions of Brazil in the early twentieth century

Cronopolítica y pensamiento brasileño: visiones de Brasil a principios del siglo xx

SERGIO TAVOLARO^{II*}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420250604>

^IEste artigo é um desdobramento do projeto de pesquisa 304196/2023-1, financiado pelo CNPq (Bolsa Produtividade).

^{II}Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF, Brasil.

*Professor Associado, Departamento de Sociologia e PPGSOL/UnB.

 <https://orcid.org/0000-0003-2755-3361>

Artigo recebido em : 25 de março de 2025 e aprovado para publicação em 28 de agosto de 2025.

Editora responsável: Juliana Marques.

RESUMO

Este artigo revisita um rol reduzido de obras do pensamento brasileiro que apareceram entre os anos 1910 e o final da década de 1920, lavradas por três dos seus mais celebrados personagens, a saber, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Paulo Prado. A hipótese que perpassa o trabalho é que, em que pesem as críticas contumazes que dirigem ao alardeado caráter inautêntico da modernização brasileira e de sua vida intelectual, as próprias cogitações desses pensadores constituem vetores ativos de certa *cronopolítica* cara ao imaginário hegemônico da modernidade, em cujos termos seus ensaios não apenas codificam os inúmeros ingredientes do tecido social brasileiro, como também reservam ao país uma posição retardatária na história mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Cronopolítica, Pensamento social brasileiro.

ABSTRACT

This article revisits a limited set of essays published between the 1910s and the 1920s, by three of the most celebrated Brazilian intellectuals of the period, namely: Alberto Torres, Oliveira Vianna, and Paulo Prado. I argue that, notwithstanding the sharp criticisms these thinkers devote to the allegedly inauthentic character of Brazil's modernization and intellectual life, their reflections ultimately function as active vectors of the *chronopolitics* central to the hegemonic imagination of modernity. Within this frame of reference their works not only codify the diverse elements of the Brazilian social fabric but also assign the country a backward position in world history.

KEYWORDS: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Chronopolitics, Brazilian social thought.

RESUMEN

Este artículo retoma una pequeña selección de obras del pensamiento brasileño que se publicaron entre los años 1910 y finales de los años 1920, y que fueron escritas por tres de sus personajes más célebres: Alberto Torres, Oliveira Vianna y Paulo Prado. Parte de la hipótesis de que, a pesar de las constantes críticas que se dirigen al tan famoso carácter inauténtico de la modernización brasileña y de su vida intelectual, las propias reflexiones de estos pensadores constituyen vectores activos de cierta *cronopolítica* cercana al imaginario hegemónico de la modernidad, en cuyos términos sus ensayos no solo codifican los numerosos ingredientes del tejido social brasileño, sino que también reservan al país una posición rezagada en la historia mundial.

PALABRAS CLAVE: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Cronopolítica, Pensamiento social brasileño.

Dentre as mais sonoras manifestações da extraordinária efervescência de ideias que arrebatou a cena intelectual brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX cumpre mencionar a publicação de uma cepa de ensaios devotados a perscrutar as circunstâncias passadas de nossa formação, a confrontar os dilemas presentes do país e a estimar as possibilidades futuras dessa sociedade. Admitidas a miríade de questões então abordadas e a diversidade de fatores contemplados, é possível vislumbrar um desiderato disseminado, leia-se: o anseio pela superação dos entraves que, para muitos, pareciam emperrar o ingresso integral dessa experiência no mundo civilizado. Este artigo ambiciona revisitar um rol reduzido de trabalhos que apareceram entre os anos 1910 e o final do decênio seguinte, lavrados por três de seus mais celebrados pensadores, a saber, Alberto Torres (1865-1917) (*A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*), Oliveira Vianna (1883-1951) (*Evolução do povo brasileiro* e *Populações meridionais do Brasil*) e Paulo Prado (1869-1943) (*Retrato do Brasil*). Afora o interesse preeminente pelos predicados de cada obra e por suas virtuais afinidades, a expectativa que anima o empreendimento é que, por um lado, seus enunciados e proposições expressam inquietações, controvérsias e agendas de reflexão representativas da época; por outro, que vários dos parâmetros ali adotados mantiveram-se por longa data ativos no universo intelectual brasileiro.

As contiguidades entre Torres e Vianna são por demais óbvias (Lamounier, 2006; Santos, 1978). Saliento, todavia, pretender apreciá-los à luz de uma problemática que, embora de forma alguma ignorada, não foi esgotada pela fortuna crítica: interessa-me perscrutar as convergências em torno das acepções de *tempo* que, no mais das vezes implicitamente, balizam as percepções da vida nacional inscritas em suas faturas. É por meio desse viés específico que tenciono cotejá-las com argumentos delineados por Prado. Decerto, não obstante compartirem da mesma geração, as vidas pessoais e profissionais de Alberto Torres (Iglésias, 1978) e Paulo Prado (Calil, 2009) seguiram caminhos bastante diversos. Disparidades ainda mais consistentes podem ser apontadas entre o pensador paulista e Oliveira Vianna (Gomes, 2009), inconfundíveis em um número nada desprezível de dimensões. Pois bem, a meu ver, sopesadas as idiosincrasias de cada caso, tão logo vislumbradas desde a semântica do *tempo* que circunscreve e orienta suas visões, as faturas desses autores guardam conexões de sentido profundas que se sobrepõem às suas dissonâncias. Quero dizer com isso que, contabilizadas as singularidades e os desencontros entre suas lucubrações, as maneiras peremptórias com que os três intérpretes tipificam os componentes formativos da sociedade brasileira – sejam eles humanos ou nãohumanos, individuais ou coletivos – e emprestam conotações *cronológicas* às suas qualidades diferenciais ancoram-se em um mesmo quadro de referência que,

pressupondo um fluxo contínuo e mensurável do *tempo*, confirma-se como parâmetro societário universal (Koselleck, 2006; Zerubavel, 1982).

A hipótese que perpassa este artigo é que, em que pesem as críticas contumazes que dirigem ao alardeado caráter inautêntico da modernização brasileira e de sua vida intelectual, as cogitações desses pensadores constituem vetores ativos de certa *cronopolítica* cara ao imaginário hegemônico da modernidade (Esposito; Becker, 2023; Fabian, 2013), em cujos termos tendem a recusar coetaneidade tanto aos segmentos nãohegemônicos do país, quanto a fatores físico-orgânicos, repertórios cognitivos, caracteres psíquico-emocionais e preceitos normativos discordes de padrões em regra associados aos cenários modernos modernos. Ainda segundo a hipótese, é justamente sob o crivo desse enquadramento *temporal* estrito, no seio do qual perspectivas e anseios *futuros* assumem precedência sobre circunstâncias *presentes* e vivências *pretéritas* (Assman, 2020; Gumbrecht, 2015; Luhmann, 1976), que, de um só golpe, as obras inquiridas escalonam internamente o tecido social brasileiro e reservam ao país uma posição retardatária na história mundial. Almejo demonstrar que tais juízos convergentes fazem-se sentir em três instâncias analíticas articuladas: nas apreciações dos ensaios a respeito do *ambiente natural* em que se ergueu essa sociedade; nas considerações acerca das *predisposições comportamentais* vislumbradas em suas gentes; e, não menos relevante, no teor das *instituições* e do tipo de *sociabilidade* que, para esses autores, teriam se condensado ao longo de nossa história. Em todas essas instâncias, é patente o sentimento desta vida social como uma experiência refratária à *temporalidade* moderna.

DISCURSO HEGEMÔNICO DA MODERNIDADE E POLÍTICA DO TEMPO

Mais do que qualquer outra, *tempo* é a categoria-chave no imaginário da modernidade: na teoria social e em outras perspectivas de compreensão do presente, prevalece a percepção de que a era moderna representou uma virada histórica cabal, um ponto de inflexão irrevogável na ventura humana. Grosso modo, sustenta-se que, em seus traços mais fundamentais, a vida social então surgida não apenas se distinguiu de toda e qualquer experiência anterior, como também se apartou em definitivo de outros cenários coexistentes (Habermas, 1990; Luhmann, 1976). Afirma-se, ademais, que a ruptura então consumada fez-se acompanhar de uma semântica do *tempo* sem paralelo, articulada a visões de mundo, instituições, preceitos ético-morais e parâmetros estético-expressivos igualmente inéditos (Anderson, 1991; Giddens, 1991; Zerubavel, 1982). Dentre os principais aspectos do novo padrão de sociabilidade caberia destacar a secularização intelectual e normativa, o adensamento e a diferenciação

do tecido social, a descoberta da subjetividade e a emancipação da arte, a disjunção entre espaços públicos e ambientes privados de convivência, bem como o avanço excepcional das forças produtivas e o consequente aprimoramento do controle técnico sobre o mundo natural (Tavolaro, 2025). Nos termos dessa autopercepção hegemônica, a condução racional da política, o capitalismo urbano-industrial e suas correspondentes relações impessoais de produção, a positividade da lei e a pluralização ético-moral e expressiva, a especialização funcional e a autonomização de distintos âmbitos sociais, a individuação da agência e o cultivo da vida interior, o artificialismo metabólico com a natureza, o recolhimento íntimo da família nuclear e a democratização da esfera pública, ao lado de outros desenvolvimentos, estariam inextricavelmente vinculados a uma nova arquitetura e a um entendimento sem precedentes do *tempo*.

Com notável frequência, as gêneses dessas invenções societárias aparecem diretamente relacionadas a transformações históricas tomadas por endógenas a uma região reduzida do globo, a saber, a Europa ocidental. Os motivos das propaladas origens exclusivas de tais fenômenos estariam no teor das mudanças consumadas nessa localidade em decorrência de predicados e aptidões invulgares – entre eles, instituições políticas, configurações epistemológicas e padrões normativos propícios a essa ordem de alterações, novas disposições comportamentais e um acervo cultural *sui generis*, avanços tecnológicos e dinamismos econômicos jamais vistos, condições ecológico-naturais favoráveis, etc. – que, combinados entre si, desaguiariam na aurora da modernidade (Eisenstadt, 2000; Parsons, 1971). Em tais circunstâncias singulares, haveria de florescer um novo “regime temporal” (Assman, 2020), alicerçado sobre a concepção de um *tempo* dessubstancializado, uniforme – leia-se, imune a imputações simbólicas particulares e resguardado das vicissitudes do mundo físico – e em constante movimento em direção ao devir (Anderson, 1991; Assman, 2020; Giddens, 1991; Gumbrecht, 2015; Koselleck, 2006; Rosa, 2013; Zerubavel, 1982). As qualidades especiais dessa semântica *temporal* – destaque feito ao seu elevado grau de abstração, à racionalidade de seu sistema de codificação e ao potencial demonstrado para generalizar-se no tecido social e mediar seus intercâmbios internos – teriam contribuído para a sustentação e o aprofundamento de cada uma daquelas invenções e, ato contínuo, para alçar seus precursores à vanguarda do presente.

Ainda de acordo com essa percepção dominante, na esteira do expansionismo europeu e de sua ascensão mundial, tais criações acabariam por aportar em outras partes do planeta (Anderson, 1991; Giddens, 1991; Habermas, 1990). Nesse caso, porém, além de intermitente e extemporâneo, o desembarque teria implicado toda sorte de desajustes, por vezes flagrantes

subversões no roteiro e no esquema originários (Eisenstadt, 2000; Parsons, 1971). Os motivos dos alegados desvios estariam, sobretudo, nas condições peculiares de sua aderência ulterior, tanto quanto nas idiossincrasias dos destinatários tardios – por exemplo, arcabouços simbólico-culturais diversos dos cenários pioneiros, assim como estruturas econômico-produtivas, ordenamentos políticos, referências valorativas, gramáticas normativas, paisagens físico-ambientais e compósitos populacionais igualmente inconfundíveis. No fim das contas, aspectos insólitos verificados nas chamadas sociedades tributárias haveriam de suscitar uma série de desarmonias internas, elas mesmas indicativas de suas discrepâncias frente às ditas trajetórias inauguradoras da sociabilidade moderna (Tavolaro, 2025).

Como se pode inferir, nos horizontes estritos dessa imaginação, traços e ingredientes tomados por característicos de cada contexto tendem a ser revestidos de conotações *temporais*: por um lado, postula-se que os predicados distintivos dessas experiências consubstanciaram-se no decorrer do *tempo*, isto é, erigiram-se ao cabo de mudanças e processos históricos, que se mostrariam determinantes para suas respectivas identidades. Por outro, presume-se que as *diferenças* observáveis entre tais cenários constituem manifestações visíveis de *decalagens* mais profundas, passíveis de serem dimensionadas conforme os níveis desiguais de desempenho alcançados em cada caso – sejam elas disparidades de natureza econômica, política, tecnológica, institucional, cultural, ético-moral, artística, biológica, intelectual, ambiental, demográfica, etc. (Chakrabarty, 2000; Koselleck, 2006; Parsons, 1971). É nesse exato sentido que se pode falar de uma *cronopolítica* própria ao imaginário da modernidade (Fabian, 2013)¹. Por certo, qualquer que seja o quadro societário em consideração, o *tempo* é sempre um recurso escasso, cujo controle proporciona acesso privilegiado a uma ampla variedade de outros bens exíguos (simbólicos, materiais, políticos, de estima social, etc.) (Gurvitch, 1968; Virilio, 2007). De todo modo, em condições modernas de existência, à medida que “o tempo” torna-se “a forma em que todas as histórias se desenrolam” – a ponto de ele mesmo assumir uma propriedade “histórica” (Koselleck, 2006: 282-283) –, a vivência humana, em sua virtual totalidade, é “temporalizada e processualizada em uma unicidade contínua” (Koselleck, 2006: 319). Nessas circunstâncias, nada parece escapar ao controle, à disciplina e ao impulso rotulador do *tempo*: não apenas experiências pessoais são inapelavelmente submetidas ao seu jugo, mas, de maneira correlata, as mais distintas trajetórias coletivas veem-se internamente escrutinadas, bem como cotejadas umas com as outras à luz de “um tempo cronologicamente idêntico”, que, ao reivindicar para si validade universal, dispõe “diacronicamente” uma multiplicidade difusa de populações, estratos sociais, regiões do globo, entidades político-administrativas, modalidades de conhecimentos e organizações

(Koselleck, 2006: 284-285). Nesse caso, além de instrumento de “regulação” política e expediente de normatização social, a acepção abstrata, uniforme e cronológica do *tempo* revela-se poderosa “arma” de asserção e “legitimação” de formas de vida e concepções de mundo particulares – e, em contrapartida, mediante o assalto à sua contemporaneidade (Fabian, 2013; Wolf, 2005), dispositivo eficaz de “desqualificação”, de silenciamento ou mesmo de obliteração integral de experiências individuais e coletivas dissonantes (Esposito; Becker, 2023: 15-16)².

A meu ver, a perspectiva de análise que se deseja aqui avançar abre uma vereda de intelecção promissora para o discernimento de supostos que, de modo silente, prefiguram as percepções de Torres, Vianna e Prado no que concerne à identidade e aos principais dilemas e possibilidades do país.

PREDISPOSIÇÕES COMPORTAMENTAIS E PAISAGEM NATURAL: EMBARAÇOS À FORMAÇÃO NACIONAL

A despeito da torrente de transformações que, no início do século XX, indicava os novos rumos seguidos pelo país, espectros do passado continuavam a assombrar nossa inteligência. Seria este um lugar propício aos padrões da civilização moderna? Afinal, qual a compatibilidade das gentes brasileiras às exigências da atualidade? Como bem sabemos, nos estertores do século XIX, sobejavam reações pessimistas a esses dilemas (Bomfim, 1993; Cunha, 2016; Nabuco, 2000; Rodrigues, 1938; Romero, 1949). Não restam dúvidas de que essa constelação intrincada de ideias impactou os ensaios aqui priorizados. Afora exaltações pontuais às nossas alardeadas potencialidades, prima nas obras um tom austero. Mas a que se deveria a alegada “situação lamentável” do quadro nacional (Prado, 2012: 110)? Malgrado suas notórias nuances interpretativas, a *paisagem natural* brasileira e as *predisposições comportamentais* de suas gentes merecem dos trabalhos zelo especial. Verdade que, ao contrário de outras perspectivas de então, *A organização nacional* abstém-se de imputar nosso “estado de desordem” diretamente a fatores ambientais e/ou a variáveis raciais (Torres, 1982: 184). Ainda assim, Alberto Torres (1978: 65) não se esquivava de refletir sobre as ressonâncias políticas e econômicas da diversidade do território, segundo ele, “dividido, do ponto de vista físico, e, portanto, no econômico, em regiões assinaladamente distintas”. Em particular, afligem-no as repercussões dispersivas da afluência de recursos e da vastidão espacial, a seu ver, conducentes ao aprofundamento do “individualismo”, ao “isolamento” social e ao livre curso das “ambições pessoais” (Torres, 1982: 67, 99). De igual modo, sua rejeição ao “sonho de uma futura nacionalidade” constituída “de indivíduos de puro tipo europeu” não o impede de

almejar o “aperfeiçoamento do tipo africano” e a elevação cultural de “nosso autóctone” (Torres, 1982: 116, 118-119).

As formulações de Oliveira Vianna se encarregariam de afastar as eventuais ambivalências desses retratos. Em *Evolução do povo brasileiro* (1920/1922), o autor expõe que parcela expressiva dos impasses nacionais adviria do “caos étnico” que engendrou “nosso tipo antropológico e racial” (Vianna, 1956: 137). Vistos como “três raças distintíssimas, duas das quais exóticas”, negros, indígenas e brancos ostentariam “caracteres morfológicos”, “atributos mentais” e “aptidões” inconfundíveis, responsáveis por predispô-las a diferentes papéis sociais e a ocupações econômicas diversas (Vianna, 1956: 123, 139, 149). Além de propugnar que a raça negra não trouxera qualquer “contribuição apreciável ao progresso da massa colonial” brasileira e que “nossa civilização” fora “obra exclusiva do homem branco” (Vianna, 1956: 158), para o autor, cada um desses estratos demonstrava possibilidades díspares de aprimoramento: por seu “tipo mental” menos flexível “à ação dos agentes civilizadores”, o nativo revelava-se “absolutamente incivilizável” (Vianna, 1956: 156-157); quanto ao “negro puro”, este jamais conseguiria “assimilar completamente a cultura ariana”, uma vez que “sua capacidade de civilização” restringia-se à propensão para reproduzir os “hábitos e costumes do homem branco” (Vianna, 1956: 155). Por todos esses motivos, a solução para os problemas nacionais passava inequivocamente pelo aumento do “coeficiente da raça branca” no tecido social, com o que se fariam prevalecer os “caracteres somáticos bem como os psicológicos” do dito segmento civilizador (Vianna, 1956: 170, 186, grifo do autor).

Com efeito, várias dessas imagens mantiveram-se aderentes ainda ao final da década de 1920. É em tom melancólico que, ao contemplar os personagens da colonização, Prado (2012: 110) alude a uma gente “sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis”, destituída de qualquer “apego ao solo nutridor”. As descrições oferecidas para cada grupo populacional dão ideia do vigor duradouro das concepções há pouco mencionadas: da Europa teria nos chegado “toda espuma turva das velhas civilizações” (Prado, 2012: 47). Aclimatada no novo continente, gozando uma “vida solta e infrene em tudo que era permitido”, logo se misculou com o nativo, segundo Paulo Prado (2012: 52-53), “um animal lascivo”, sujeito “à simples lei da natureza, e à fantasia sexual dos aventureiros”. A esses dois segmentos viriam juntar-se o “negro cativo” – que, de acordo com o intérprete, “em represália da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade” por meio do “relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social” (Prado, 2012: 103) – e a “negra africana”, segundo o autor, responsável por incentivar “a superexcitação erótica em que vivia o conquistador e povoador” (Prado, 2012: 63). A se considerar a “fraqueza física” dessas

gentes e seus “organismos” desguarnecidos, parecia lícito a Prado (2012: 132) indagar “se esse estado de cousas não” havia sucedido “do intenso cruzamento das raças e sub-raças”.

A mesma sensação de disparate estende-se às percepções dos trabalhos a respeito da *cena natural* em que se ergueu a sociedade brasileira. Conquanto *A organização nacional* pondere sobre os desdobramentos políticos e sociais imediatos da “variedade” da “constituição física” do país (Torres, 1982: 65-66), é nítida a preocupação com as implicações comportamentais da disponibilidade instantânea de “recursos de vida e de enriquecimento” e da vastidão das herdades, ambas convidativas à dispersão demográfica, à “avareza da posse” e à “cobiça da riqueza fácil” (Torres, 1982: 67, 100). Apreensão semelhante é expressa em *Populações meridionais do Brasil*: ao priorizar a região “centro-sul” por sua pertinência na “evolução nacional”, Oliveira Vianna (1987: 120) adverte que, “sob a amenidade dos nossos climas tropicais a vida se torna empresa fácil”; ademais, a “prodigalidade” de viveres “espontaneamente” oferecidos acabava por desencorajar os indivíduos de qualquer empenho mais sistemático e duradouro (Vianna, 1987: 121). Acresciam-se a isso os efeitos dissipadores do “excesso de terra” que, ao estimular as migrações, contribuía para atenuar “os laços de interdependência econômica” e, em última instância, para a “desorganização de nossa sociedade e de nosso povo” (Vianna, 1987: 121-122).

A bem dizer, as reverberações supostamente narcotizantes da natureza americana são reiteradas com vigor em *Retrato do Brasil*. Prenúncio do entorpecimento que nos acometeria por longa data, Paulo Prado (2012: 42) ressalta que, tão logo Álvares Cabral aportou na Bahia, sua “expedição teve a visão de uma vida paradisíaca, com a verdura do país tropical e a pujança pululante da terra virgem”. Para o autor, não demoraria para que os colonizadores se entregassem às sugestões e encantos do novo continente: a seu ver, deparou-se o explorador português com “a mais variada fauna, tão extensa quanto a própria flora”, compondo uma cena “opressiva” e sufocante, soturna e “monótona na unidade pesada” (Prado, 2012: 44, 42-43). Naquelas circunstâncias, todos padeciam à “sedução dos trópicos”, cedendo ardorosamente a “uma vida animal” (Prado, 2012: 45). Na visão do intérprete, dessa cumplicidade entre “o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana” sobreveio uma experiência arrebatada por “excessos de vida sensual” que conspurcaram em definitivo o “caráter brasileiro” – seja em suas “funções sensoriais e vegetativas”, seja no “domínio da inteligência e dos sentimentos” (Prado, 2012: 96).

Consentidas as suas particularidades, são patentes as insinuações *cronológicas* dessas proposições: por um lado, os predicados ambientais do território pareciam-lhes desde pronto impor uma série de óbices ao amadurecimento e ao avanço dessa experiência

social; por outro, as posturas e disposições dos povos formadores da população brasileira se lhes mostravam por demais dissonantes dos códigos e imperativos da atualidade e dessincronizados do *ritmo* das trajetórias precursoras da modernidade. Tantos os percalços enfrentados que não deveria surpreender a morosidade com que o país se apresentou à cena moderna.

INSTITUIÇÕES ARCAICAS E PADRÕES DE SOCIABILIDADE PRÉ-MODERNOS NO BRASIL

Além das qualidades do meio físico brasileiro e das inclinações comportamentais discernidas em seus contingentes demográficos, as obras em tela devotam parcela apreciável de atenção aos *padrões de sociabilidade* e às *instituições* que teriam se estabelecido no curso dessa experiência – leia-se, estruturas econômico-produtivas, configurações políticas, visões de mundo, valores, regras de convívio, preceitos ético-morais, etc., condensados ao longo da existência nacional. Em sua tentativa de capturar a substância de “nossa história econômica”, perpassada de uma ponta a outra pela “cobiça da riqueza fácil”, *A organização nacional* faz por bem ressaltar os “vícios da educação” e a ausência entre nós de um conjunto de “hábitos” e “costumes sociais” congruentes com os requisitos da atualidade – a exemplo da “escola de virilidade, de autonomia e de iniciativa”, essenciais à valorização do “trabalho”, e a “lição de laboriosidade e de resistência”, imprescindível à “consciência de que é um produtor, um agente dinâmico da vida social” (Torres, 1982: 100, 131) Não por outro motivo, para Alberto Torres (1982: 131-132), enquanto entre as “classes inferiores, o pai, ex-escravo, ex-agregado de fazenda, ou assalariado” resumia-se a condicionar “os filhos à prática rotineira dos atos mecânicos de nossas culturas extensivas”, entre as “classes médias e elevadas”, vigorava o apetite por “empregos públicos e cargos de eleição, num desprezo nauseoso pelo trabalho industrial e agrícola.” Em seu entendimento, mesmo após a independência política, as camadas dirigentes da jovem nação mantiveram-se remissas às “aspirações”, propósitos e recursos “necessários para exercer, sobre essa sociedade [...] a ação retificadora de uma disciplina moral de altos sentimentos e severos desígnios” (Torres, 1982: 100).

Padrões de conduta destoantes da ética do trabalho voltariam a ser realçados em *Retrato do Brasil*. Para Paulo Prado (2012: 65), o caráter da colonização portuguesa no Novo Mundo em seus momentos primordiais – marcada por “individualismo infrene, anárquico, [...] cada qual tendo no peito a mais formidável ambição que nenhuma lei ou nenhum homem limitava” – jamais haveria de se extinguir por inteiro entre nós. Como Alberto Torres o fizera antes, Prado trata de evocar fatores históricos com o fito de deslindar o quadro desalentador:

à época da descoberta, propõe o ensaio, “a nação portuguesa” já se achava “corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos costumes”; seus líderes políticos, “despóticos e incapazes”, não faziam outra coisa senão se apossar “dos proventos pessoais dos cargos que ocupavam”. Segundo o intérprete (Prado, 2012: 93-94), disso sucederam “desordens e conflitos que atrasaram sensivelmente o desenvolvimento” da colônia, cujos “núcleos de população”, presos “umbilicalmente ao organismo doentio e enfraquecido da Metrópole”, ver-se-iam incapazes de estabelecer “vida própria” (Prado, 2012: 94-96).

Aspectos históricos e sociais também constituem âncora explicativa basilar nas análises de Oliveira Vianna. Na seção de *Evolução do povo brasileiro* dedicada às instituições políticas aqui cristalizadas, as decisões de nossos “estadistas coloniais” são atreladas ao desafio de acomodar “o princípio da unidade do governo e a tendência regionalista e desintegradora”, uma adversidade gerada pela “extrema latitude” do território (Vianna, 1956: 208, grifos do autor). Por esse ângulo, a “originalidade” dessa experiência estaria em que os “nódulos sociais” do país, “disseminados e rarefeitos, sobre uma área territorial imensurável” (Vianna, 1956: 208), tendiam a isolar-se, sempre em prejuízo da unidade política. Não admira, pois, a avidez com que *Populações meridionais do Brasil* tenha se esmerado em decifrar os códigos de sociabilidade, a compleição moral e a “mentalidade” gestados na “grande propriedade” agrária, sob a égide institucional do “clã rural” e a autoridade pessoal do “pater-famílias”: para Vianna, em gritante contraste com a urbanidade do Velho Mundo, “nós somos o latifúndio”; em tais circunstâncias, ao passo que “a solidariedade vicinal se estiola e morre”, em contrapartida, a “família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor” (Vianna, 1987: 48-49, 150-151). As contiguidades entre essas avaliações e ideias previamente avançadas por Alberto Torres são indisfarçáveis. Cumpre lembrar que, para o autor de *A organização brasileira*, os efeitos dissolventes das “extensas propriedades” foram determinantes para o acanhamento dos vínculos sociais ali forjados. Naquele cenário, os afamados “costumes europeus das relações morais, de cortesia, de afabilidade e de cerimônia” poderiam prosperar tão somente no âmbito restrito de “pequenos grupos da sociedade”, e apenas de maneira intermitente (Torres, 1982: 67-68). Visto que, em tais condições, “as afeições, os liames da amizade, da camaradagem e da cortesia perdem a intimidade e frequente cultura” (Torres, 1982: 67), nossa arraigada “tendência para o personalismo” – ou mesmo, o fato de a “vida pública” comumente assumir no Brasil “um travo de parcialidade” – quase sempre se traduziu “em espírito de classe, de partido, de corrilho” (Torres, 1982: 94).

A bem dizer, Vianna (1987: 113) vale-se de imagens conexas ao sublinhar que “dispersos e isolados na sua desmedida enormidade territorial, os domínios fazendeiros”

viram-se compelidos “a viver por si mesmos, de si mesmos e para si mesmos” (Vianna, 1987: 113, 116). As implicações societárias de tamanha “independência econômica” teriam sido decisivas: primeiramente, “uma ação poderosamente simplificadora sobre toda a estrutura das nossas populações rurais” (Vianna, 1987: 117). Disso se seguiu a asfixia de atividades mercantis e industriais extrínsecas ao latifúndio e, por conseguinte, o tolhimento de classes sociais e “*corporações urbanas*” aptas a “*contrabalançar a hegemonia natural dos grandes feudatários territoriais*” (Vianna, 1987: 117-119, grifos do autor). Por fim, essa pressão redutora da grande propriedade rural também se manifestaria na estratificação social – subtraída “de uma classe média, no sentido europeu da expressão” (Vianna, 1987: 125) – e na exiguidade de nossa vida cidadina (Vianna, 1987: 127). Ao fim e ao cabo, despojada de “quadros sociais completos”, carente de “hierarquia social organizada” e desprovida de “classes sociais definidas”, lastima Vianna (1987: 130) que “a nossa sociedade rural” mais se assemelhava a “um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto”. Na mesma toada, Prado (2012: 110) alerta que, “ao iniciar-se o século de sua independência”, a possessão portuguesa na América não passava de “um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto”. Malgrado “o lento progresso da lavoura incipiente e do comércio rudimentar” (Prado, 2012: 71), não se conseguira remover os motes iniciais da ocupação do vasto território – a saber, “sensualismo e paixão do ouro” (Prado, 2012: 96).

Convém observar que, também nesse caso, as cogitações dos intérpretes acerca das regras de convívio e das instituições cristalizadas no decurso da história nacional trazem consigo evidentes conotações *temporais*: forjados em outras épocas e presos a parâmetros do passado, tratar-se-ia de códigos de sociabilidade *descompassados* da dinâmica contemporânea. Além de sinal inequívoco do *atraso* brasileiro, a tenacidade de tais referências anacrônicas no presente ajudaria a explicar nossa famigerada incapacidade para engendrar ideias próprias.

O BRASIL E OS CONTEXTOS MODELARES DA MODERNIDADE: DEFASAGEM E O MAL DA IMITAÇÃO

As formulações de Alberto Torres dão a entender que prosseguíamos aos solavancos e desobedecendo etapas indispensáveis ao aprimoramento do país. Em termos concretos, esses disparates poderiam ser verificados na maneira precipitada com que, em sua avaliação, a revogação do sistema escravocrata e a deposição da monarquia pretenderam instaurar “um regime livre e democrático” para um corpo social inapto aos seus postulados fundamentais: executadas “de improviso”, “abolição” e “República” teriam procedido “sem *sucesso* de

anteriores evolutivos, e sem estações de sazonalidade e maturidade, que lhes preparassem o êxito" (Torres, 1982: 101, grifo do autor). Por todas essas razões, seria erro supor que a "idade da vida dinâmica" nos chegaria espontaneamente; muito ao contrário, sendo ainda "um povo jovem", carente "dos fatores ordinários da formação e desenvolvimento das velhas sociedades e civilizações" (Torres, 1978: 43, 19), precisaríamos "constituir artificialmente a *nacionalidade*" (Torres, 1978: 43, grifo do autor). Dessarte, a formação brasileira requeria "décadas de trabalho consciente e de calma elaboração", obra de "um programa, um plano, uma ação contínua e perseverante" (Torres, 1982: 70). A singularidade dessas condições exortava Alberto Torres a rejeitar com veemência a adoção de noções e modelos institucionais adventícios, assentados em premissas coligidas a partir "da vida e da evolução de povos de existência multissecular" (Torres, 1978: 19). Na avaliação do pensador, esses modelos e noções não teriam qualquer serventia para a superação das dificuldades ou mesmo para a "interpretação dos fenômenos dos países, como o nosso, criados por descobrimento, com sociedades formadas por colonização" (Torres, 1978: 19). Em seu entendimento, fora justamente esse o equívoco da Constituição de 1891, "uma roupagem de empréstimo vestindo instituições prematuras", isto é, "um estatuto doutrinário, composto de transplantações jurídicas alheias" e desenraizado do solo nacional (Torres, 1982: 35, 79-81).

Preocupações afins estão em toda a parte dos diagnósticos de Oliveira Vianna. Não se pode, é certo, ignorar o apreço do intérprete por traços de nosso passado. O que se quer frisar é que, decorridos séculos desde o início da colonização, pareciam-lhe iniludíveis as discrepâncias entre o padrão de sociabilidade aqui condensado e aquele erigido na Europa e, posteriormente, na América setentrional. Nesse particular, Vianna (1987: 157) assinala que, entre nós, as "formas de solidariedade voluntária" e de "cooperação" revelavam-se no mais das vezes breves e postíças: uma vez criadas, organizações partidárias, "ligas humanitárias", assim como "sociedades de fins morais ou clubes recreativos" diluíam-se sem demora. Nada poderia destoar mais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, onde "uma população prodigiosa" – constituída "de 'sindicatos', de 'cooperativas', de 'ligas', de 'clubes', de 'associações', de 'sociedades' ", fossem elas "de caráter econômico, ou moral, ou artístico, ou científico, ou político, ou puramente recreativo" –, se esmerava por "realizar fins de utilidade comum" (Vianna, 1987: 156-157), disso resultando maior integração societária e estabilidade nas relações sociais. Tão evidentes as diferenças entre esses contextos que se lhe revelava descabido o empréstimo de fórmulas gestadas à luz daquelas outras realidades. Na percepção do autor, o erro de nossos legisladores e homens públicos estaria justamente no fato de, ao menos desde a conflagração da Independência, terem se mostrado cada vez mais suscetíveis às sugestões

de um conjunto de “ideias exóticas” que então movimentavam “o mundo europeu” – dentre elas, “o Liberalismo, o Parlamentarismo, o Constitucionalismo, o Federalismo” e, em especial, o ideal da “*descentralização*” (Vianna, 1956: 245-246, 270, grifo do autor). A seu ver, ao lado do republicanismo, essas influências disparatadas ajudavam a explicar os equívocos subsequentes a 1889, que nos compeliram a uma “maioridade prematura”, desconectada de nossas reais condições (Vianna, 1956: 289).

De sua parte, Paulo Prado aflige-se com o fato de, transcorridos todos esses anos, a sociedade brasileira continuar a emitir apenas módicos sinais de progresso; em comparação com outras experiências, “nosso país” se lhe mostrava “talvez o mais atrasado”, sem forças para avançar: “vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado”. Sobreviriam daí notáveis discrepâncias internas: regiões segregadas do restante da nação, tanto quanto “grupos humanos incertos, humildes”, teimando “como nas épocas primitivas”, sob a influência de “crendices” e do “fanatismo das ‘santidades’ ” (Prado, 2012: 136-137). Quanto à nossa vida espiritual, embora “facilidade de decorar e loquacidade derramada” produzissem a sensação de vigor cultural, vigeria um quadro de “indigência intelectual e artística completa, em atraso secular”, não mais que “reflexo apagado da decadência da mãe-pátria” (Prado, 2012: 111). Para Prado, tamanha nulidade imaginativa nos deixava suscetíveis ao “vício da imitação” – verdadeiro “vício nacional” do qual, aliás, nada conseguia escapar: “desde a estrutura política em que procuramos encerrar e comprimir as mais profundas tendências da nossa natureza social, até o falseamento das manifestações espontâneas de nosso gênio criador”. Sublinha o intérprete que “imitação”, no caso, equivalia a “importação. Nesta terra, em que quase tudo dá, importamos tudo: das modas de Paris – ideias e vestidos – ao cabo de vassoura e ao palito”. Sendo exíguos “os focos de reação intelectual e artística”, adentravam pelas aduanas o que quer que representasse “as bênçãos da civilização: saúde, bem-estar material, conhecimentos, prazeres, admirações, senso estético” (Prado, 2012: 139).

PENSAMENTO BRASILEIRO E A CRONOPOLÍTICA MODERNA

Descontadas suas particularidades, resta evidente que as obras inquiridas compartilham o sentimento desta sociedade como um cenário no qual os parâmetros modernos encontraram fortes obstáculos para prosperar. Como se pôde perceber há pouco, os ensaios de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Paulo Prado ora contemplados sugerem que condições físico-ambientais invulgares, somadas às faculdades mentais e caracteres biológicos do compósito populacional brasileiro e às visões de mundo, preceitos ético-morais e arranjos institucionais forjados

no curso de sua história concorreram para a condição dispar dessa experiência. Tais fatores ajudariam a explicar os percursos sinuosos de nossa formação, tanto quanto as circunstâncias excepcionais que, a certa altura dos acontecimentos, marcariam nossa adesão intercorrente e tardia à ordem moderna. A se levar em conta as preocupações precípua do artigo, convém explicitar a propensão desses mesmos trabalhos para insinuar conotações *temporais* às propagadas peculiaridades da vida nacional – ou, se assim se preferir, para instilar *sentidos cronológicos* tanto às especificidades internas que lhes pareciam fraturar o tecido social brasileiro quanto aos predicados do país considerados dissonantes das chamadas trajetórias pioneiras da modernidade. Nesse caso, as regiões tropicais e subtropicais constituiriam não apenas ambientes dotados de qualidades naturais inconfundíveis com os ditos cenários modernos originários. Mais que isso, tratar-se-ia de meios físicos – fauna e flora, clima e geografia, etc. – que, conquanto exuberantes em aparência e opulentos de recursos, mostravam-se refertos de matéria *bruta*, de criaturas *rústicas* e de entidades *primitivas*. Tais excessos, em vez de incentivarem parcimônia e garantirem bem-estar duradouro às suas gentes, se coadunariam para conturbar, senão para obstar o florescimento de uma configuração societária complexa, estável e assentada sobre padrões de vida elevados.

As avaliações dos intérpretes a propósito das índoles e inclinações comportamentais discernidas em diferentes estratos da população brasileira seguem orientação análoga: seja em virtude de compleições orgânicas *rudimentares* e/ou de estruturas psíquico-emocionais *imaturas*, seja em decorrência de costumes arraigados e de rotinas e hábitos ignaros, vários desses segmentos careceriam das aptidões requeridas à sua plena aderência a parâmetros sociais superiores. *Mutatis mutandis*, o mesmo pode ser dito a respeito dos arcabouços culturais, concepções de mundo, tanto quanto do ordenamento normativo, instituições e regras de convívio que, também de acordo com essa fatura, vicejaram ao longo da história nacional: sobejariam repertórios cognitivos impregnados de elementos mágicos, referências ético-morais acanhadas, conducentes a uma vida material tosca e perdulária, a vínculos sociais precários, a condutas incautas e, no mais das vezes, a instituições indômitas e incongruentes com as exigências civilizacionais contemporâneas. Disso se segue o retrato de um tecido social desarmonico, coabitado por códigos societários urdidos em *diferentes épocas* (Tavolaro, 2022).

Pois bem, essas cogitações têm implicações políticas fundamentais. Como bem se sabe, no que concerne ao arranjo interno dessa sociedade, além de assimetricamente ordenados conforme suas propaladas disparidades socioculturais, ou mesmo segundo suas pretensas discrepâncias orgânicas e psíquico-emocionais, distintos contingentes da população merecem dos ensaios níveis variados de estima e reconhecimento, decisivos para os patamares

de possibilidade desiguais franqueados ao seu engajamento pleno na vida social. Cumpre salientar que tais alegadas *diferenças* tendem a ser percebidas como *decalagens* estabelecidas no *tempo*, passíveis de serem *cronologicamente* aferidas³: posicionados em *temporalidades diversas*, esses segmentos populacionais e os ritmos de vida, repertórios semânticos, estruturas biológicas e psíquicas, preceitos normativos, padrões comportamentais, etc. a eles imputados acabam escalonados de acordo com seus alinhamentos e com suas presumidas incompatibilidades com as instituições modernas – o capitalismo urbano-industrial, o Estado burocrático-legal, o conhecimento científico-razional, a subjetividade centrada, a separação entre âmbitos públicos e privados, a secularização normativa, a impessoalidade, etc. – e seu “regime temporal” correspondente (Assman, 2020). No fim das contas, ao depreciarem o *passado* de tais experiências e desabonarem suas qualidades e formas de vida *presentes*, à sua maneira, as ideias avançadas nas obras contribuem para justificar a regulação das condutas dessas gentes e para legitimar o controle de suas existências ante a necessidade ou, no melhor dos casos, a expectativa de sua adesão *futura* aos padrões civilizacionais modernos.

Por óbvio, essas representações da cena nacional encontram-se articuladas a uma conhecida concepção da condição *tributária* e *atrasada* do país: para além das ressonâncias internas supramencionadas, tal *política do tempo* específica, propensa a tipificar e a cotejar, sob uma mesma lógica, uma plêiade variada de itinerários sócio-históricos, reserva ao Brasil um posto *coadjuvante* e *retardatário* no globo, a reboque dos ditos cenários modelares – seja de um ponto de vista cultural, intelectual e estético, seja em termos econômicos, institucionais, comportamentais, e assim por diante. Confinados nos contornos epistemológicos do *tempo abstrato* e *progressivo*, não surpreende que os trabalhos de Torres, Vianna e Prado aqui abordados ratifiquem a imagem desta como uma sociedade descompassada da *temporalidade* moderna – visto que atravessada por toda sorte de *arcaísmos* (naturais, psíquico-emocionais e socioculturais) – e, por efeito, *defasada* na história mundial (Tavolaro, 2022).

Afinal, em que pesem suas críticas contumazes ao alardeado perfil imitativo de nossas formulações, seria esta mais uma ideia adventícia que, forjada à luz de outras realidades, impôs-se de modo indevido sobre nossos pensadores? Dito de outra maneira, a aderência dos autores a tais parâmetros analíticos constituiria a reiteração do estatuto reflexo da produção intelectual brasileira e de sua suscetibilidade a formas de pensar estranhas a essa sociedade? A meu ver, essas indagações são expressivas de uma aporia ardilosa, cuja premissa basilar é, nos termos delineados por Maria Sílvia de Carvalho Franco, uma pretensa seriação causal entre contextos modernos modelares e o Brasil: desde pronto estremada da contemporaneidade europeia por uma suposta “relação de *exterioridade*” (Franco, 1976: 61, grifo

da autora), a vida nacional seria pouco mais do que sequela inautêntica (mais ou menos criativa) das invenções do centro. Ora, caso pretenda-se dirimir essa aporia, parece-me crucial realçar três aspectos. Primeiramente, em vez de oriundos deste ou daquele percurso societário particular graças a predicados (epistemológicos, culturais, econômicos, políticos, institucionais, normativos, etc.) inconfundíveis, de onde posteriormente se espraariam para outros lugares, os horizontes de imaginação e experiência da modernidade erigiram-se na esteira de *intercâmbios* e *vínculos* complexos que enlearam entre si uma ampla gama de contextos do globo assimetricamente posicionados (Conrad, 2016; Franco, 1976; Mignolo, 2000; Subrahmanyam, 1997; Wolf, 2005). Ou seja, ao invés de fruto de atributos intrínsecos a localidades específicas e/ou inerente a percursos sócio-históricos singulares, a vida moderna é, ela própria, *propriedade emergente* de *relações* inter e intrassocietárias diversas, desde longa data urdidas no quadro mundial (Tavolaro, 2024: 274). Nesse caso, faz-se ainda mais plausível propugnar que os esforços de compreensão e explicação do país empreendidos por Torres, Vianna e Prado constituem vetores ativos daquela *cronopolítica* dominante que, tanto aqui como alhures, tendeu a recusar coetaneidade a um vasto escopo de situações pessoais marginais e de trajetórias coletivas periféricas. Por fim, e não menos importante, é preciso observar que, em concomitância com aquela acepção abstrata, progressiva e dessubstancializada, o “cronótopo moderno” (Gumbrecht, 2015) abrange um sem-número de ritmos, significações e vivências do *tempo*. Trata-se, pois, de uma gramática *temporal* intrincada e descontínua, desigual e contraditória, marcada por considerável multiplicidade semântica – sendo a concepção progressivo-linear (Anderson, 1991; Assman, 2020; Giddens, 1991) apenas sua *temporalidade* hegemônica (Chakrabarty, 2000; Chatterjee, 2008; Harootunian, 2007).

Com efeito, as décadas que se seguiram à publicação dos ensaios aqui examinados testemunharam o aparecimento de novas gerações de intérpretes cujas faturas se incumbiriam de adicionar outros matizes à vida intelectual brasileira. Pouco a pouco, clima, geografia, predicados biológicos, inclinações psíquicas, etc. foram preteridos em favor de aspectos culturais, de estruturas econômicas, de arcabouços político-institucionais, de embates geopolíticos, dentre outros fatores mais afinados com a imaginação sociológica do século. Seja como for, é sintomático que, mesmo após a implantação dos primeiros cursos de ciências sociais e da gradual profissionalização de seu exercício entre nós, não foram poucas as formulações que se mantiveram prioritariamente preocupadas com os alegados *anacronismos* internos do país (regionais, socioeconômicos, culturais, comportamentais, políticos, institucionais, etc.) e com suas propaladas *decalagens* ante os ditos cenários precursores da modernidade. Talvez

maior atenção à semântica do *tempo* subjacente a tal constelação de ideias possa contribuir para elucidar as lacunas e impasses desse enquadramento contumaz.

Conflitos de interesse: Nada a declarar.

Fonte de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contribuição dos autores: O autor foi entrevistado para entrevista disponível no dossiê.

Declaração de disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

NOTAS

1 Para uma apreciação sumária dos percursos intelectuais da noção de cronopolítica, veja-se Wallis (1970), Esposito e Becker (2023) e Klinke (2012). Com o propósito de elucidar o escopo do conceito, Esposito e Becker (2023: 15-16) propõem que, “enquanto a política do tempo refere-se à regulação, sincronização e alocação do tempo cotidiano e de vida dos indivíduos, o tempo da política refere-se ao próprio tempo do sistema político, à arena do processo de decisão, e dos ritmos e durações cambiantes dentro dos quais a política acontece”. Ainda segundo os autores, “tempo politizado, por sua vez, é o tempo empregado como uma arma da política, como um meio de legitimação de um programa político e de questionamento ou desqualificação de opositores políticos ou de visões políticas opostas” (Esposito; Becker, 2023: 15-16). É em especial essa última acepção que interessa esta análise.

2 Além de “fato discursivo”, sustenta Johannes Fabian (2013: 170), “a negação da coetaneidade é um ato político”. Ora, segundo o autor, “a ausência do Outro de nosso Tempo tem sido a sua forma de presença em nosso discurso – como um objeto e vítima”.

3 A respeito da noção de temporalização de diferenças, veja-se Helliwell e Hindess (2005).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London: Verso, 1991.
- ASSMAN, Aleida. *Is time out of joint?* Ithaca: Cornell University Press, 2020.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

- CALIL, Carlos. "Paulo Prado, entre tradição e modernismo". In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (org.). Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 132-143.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, Partha. La nación en tiempo heterogêneo y otros estudos subalternos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- CONRAD, Sebastian. What is global history? Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CUNHA, Euclides. Os sertões. São Paulo: Ubu, 2016.
- EISENSTADT, Shmuel. "Multiple modernities". Daedalus, Cambridge, 129, n. 1, p. 1-29, 2000.
- ESPOSITO, Fernando; BECKER, Tobias. "The time of politics, the politics of time, and politicized time: an introduction to chronopolitics". History and Time, Hoboken, v. 62, n. 4, p. 3-23, 2023.
- FABIAN, Johannes. O tempo e o outro. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. "As ideias estão no lugar". Cadernos de Debate, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOMES, Angela. "Oliveira Vianna: um statemaker na alameda São Boaventura". In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (org.). Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 144-159.
- GUMBRECHT, Hans. Nosso amplo presente. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- GURVITCH, Georges. Determinismos sociais e liberdade humana. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- HAROOTUNIAN, Harry. "Remembering the historical present". Critical Inquiry, Chicago, v. 33, p. 471-494, 2007.
- HELLIWELL, Christine; HINDESS, Barry. "The temporalizing of difference". Ethnicities, Thousand Oaks, v. 5, n. 3, p. 414-418, 2005.
- IGLÉSIAS, Francisco. "Prefácio à terceira edição". In: TORRES, Alberto. O problema nacional. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- KLINKE, Ian. "Chronopolitics: a conceptual matrix". Progress in Human Geography, Thousand Oaks, v. 37, n. 5: p. 673-690, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 371-388. t. 3.
- LUHMANN, Niklas. "The future cannot begin: temporal structures in modern society". Social Research, Baltimore, v. 43, n. 1, p. 130-152, 1976.
- MIGNOLO, Walter. Local histories/global designs. Princeton: Princeton University Press, 2000.

- NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PARSONS, Talcott. The system of modern societies. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
- PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1938.
- ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. t 1.
- ROSA, Harmut. Social acceleration. New York: Columbia University Press, 2013.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. "Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia". Modern Asian Studies, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.
- TAVOLARO, Sergio B. F. "Pensamento brasileiro e o imaginário sociológico da modernidade". Inter-Legere, Natal, vol. 8, n. 42, c41051, 2025.
- TAVOLARO, Sergio B. F. "O regime temporal moderno e seus pressupostos substancialistas: alinhamentos e tensões com o pensamento brasileiro". Revista Espirales, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 2, p. 256- 279, 2024.
- TAVOLARO, Sergio B. F. "A vida social brasileira e suas dissonâncias temporais: afinidades de Buarque de Holanda, Prado Jr. e Freyre". Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 38, p. 1-27, 2022.
- TORRES, Alberto. A organização nacional. Primeira parte: a Constituição. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora UnB, 1982.
- TORRES, Alberto. O problema nacional: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Niteroi: Editora Eduff, 1987.
- VIRILIO, Paul. Speed and politics. Los Angeles: Semiotext(e), 2007.
- WALLIS, George W. "Chronopolitics: the impact of time perspectives on the dynamics of change". Social Forces, Oxford, v. 49, n. 1, p. 102-108, 1970.
- WOLF, Eric. A Europa e os povos sem história. São Paulo: Edusp, 2005.
- ZERUBAVEL, Eviatar. "The standardization of time: a sociohistorical perspective". American Journal of Sociology, Chicago, v. 88, n. p. 1-23, 1982.